

A “GUERRA CONTRA O ZEBU”

NOTAS SOBRE O ANIMAL QUE DIVIDIU AS ELITES PECUARISTAS BRASILEIRAS

JOANA MEDRADO

RESUMO Neste artigo, versaremos sobre o contexto da introdução dos animais zebuínos nas fazendas brasileiras entre 1897 e 1930, focalizando a atuação social e política dos pecuaristas. Dentre os temas abordados estão os debates em torno das “melhores” raças de gado para povoar o Brasil, os subsídios do Estado para as importações dos touros e matrizes, a realização das primeiras exposições pecuárias ocorridas no Rio de Janeiro, em São Paulo e Minas Gerais, as primeiras associações de classe e os órgãos governamentais criados em defesa dos interesses dos fazendeiros. Serão também enfatizados aspectos dos argumentos zootécnicos escolhidos para alimentar ou criticar a “guerra contra o zebu” protagonizada por agrônomos ligados aos setores pecuaristas. Este artigo tem o intuito final de agregar elementos de análise e elucidar a dimensão conflitiva dos primórdios da chamada “modernização rural” brasileira.

PALAVRAS - CHAVE modernização rural, pecuária, zebu, ruralismo

ABSTRACT This article concerning the context of zebu cattle introduction in Brazilians farms between 1897 and 1930 focusing on farmer’s political and social performing. Topics covered in this article includes: the discussion about the “best” breed to improve the cattle raising; financial supports given by the Brazilian governments to animal’s importations from India; the first livestock exposition that took place in Rio de Janeiro, São Paulo and Minas Gerais; the first farming associations and government agency which was created in interest of livestock. It will also be emphasized which zootechnical argument had been used to reinforce or criticized the “war against zebu” which was played by agriculturist and cattle farmers. Hence this article aims to contribute to rural modernization studies in Brazil, enlightening the conflictive dimension in this historical process.

KEY WORDS rural modernization, cattle-breeding, zebu cattle.

O gado bovino era estranho à fauna brasileira. Foi a expansão europeia do século XVI que trouxe à América os “quadrúpedes europeus”, também eles colonizadores na sugestiva interpretação de Alfred Crosby (CROSBY, 1993, p. 160). A região dos pampas, contínua entre Brasil, Uruguai e Argentina, foi naturalmente mais adaptável ao *bos taurus* proveniente da Europa por apresentar clima semelhante ao de origem, sendo ali onde o gado melhor prosperou, reproduzindo-se naturalmente e definindo muito das relações sociais, da estrutura agrária e da economia.

No entanto a diversidade climática do Brasil não significou limite para a expansão ganadeira. Não foi apenas na “neo-europa” do Sul do país que o gado vingou, nem foram apenas os quadrúpedes europeus de linhagens bovinas lusitanas, francesas, holandesas e inglesas que aqui se desenvolveram. O gado se espalhou por todos os climas, biomas, relevos e paisagens, impondo aos fazendeiros uma diversidade de desafios técnicos, econômicos, culturais e políticos. Espalhado, misturado, posto à prova das intempéries e epizootias tropicais, sobreviventes da impiedosa seleção natural que mantém vivos apenas os mais fortes, aptos e adaptáveis, o gado no Brasil foi (e ainda é) criado à solta, em um contexto em que “o gado que criava o homem ao invés de o homem criar o gado”, como Renan Monteiro Soares define a pecuária nordestina colonial “ultraextensiva” (SOARES, 1968, p. 38).¹

No século XIX, uma nova espécie bovina chega ao Brasil: o gado zebu. No início timidamente, com alguns exemplares provenientes da região do Nilo – por volta de 1826, criados como curiosidade zoológica na Fazenda Real de Santa Cruz, por D. Pedro I. Seguindo a linhagem de interesse real, D. Pedro II recebe de presente de um marajá da Índia um casal de zebus, esses, tipicamente indianos, com uma breve passagem pelo *Zoo Garden* de Londres, onde parecem ter dividido espaço com os dromedários em função da semelhança entre a bossa destes últimos e o cupim daqueles, tanto um quanto outro, aliás,

¹ São quatro métodos de criação que o autor afirma ter existido cronologicamente, embora ele não apresente datas nem locais específicos: o ultra-extensivo, extensivo em cercados, semi-intensivo e estabulado.

repositórios de gordura.² No entanto, foi no final do século XIX e nas primeiras décadas do século XX que os zebus começaram a ser importados maciçamente por criadores do Rio de Janeiro e do Triângulo Mineiro com a finalidade de agregar tecnologia de intensificação produtiva ao negócio. Esse acontecimento inaugurou uma nova fase da pecuária brasileira.

Afora o sul do Brasil, onde a atividade da charqueada “disciplinou” um pouco mais a criação de gado – ainda que a mantivera extensiva – foi no sudeste e no centro-oeste do Brasil que a pecuária encontrou condições de industrializar-se maximizando a integração da cadeia produtiva viabilizada pelas estradas férreas e pelo primeiro matadouro-frigorífico do país instalado, em 1913, em Barretos, pela “Companhia Frigorífica e Pastoril”. Foi nessa região, portanto que se realizou de maneira mais plena a racionalização da produção de carne com vistas a atender as crescentes demandas de consumo internas (acelerada pela urbanização) e externas (potencializada pela I Grande Guerra). Distinta do pastoreio – aqui entendido como a criação de gado típica do período colonial – a pecuária que se pratica a partir do século XX, sobretudo nessas regiões, é norteada por critérios zootécnicos, assentada na padronização fenotípica, no controle genealógico e na alimentação racional, com vistas à inserção da carne bovina no mercado internacional e à integração ao capitalismo mundial, e sustentada em um discurso da necessidade nutricional de consumo de carne (MEDRADO, 2013).³ A introdução de zebus no Brasil, inaugura, portanto, uma nova fase da criação de gado, na qual seus principais agentes – fazendeiros, vaqueiros/peões, veterinários e comerciantes – passam a estabelecer uma relação qualitativamente diferente com os animais, o que se percebe através de um discurso progressivamente mais utilitário e cientificista.

Neste artigo, versaremos sobre o contexto da introdução dos animais zebuínos nas fazendas brasileiras focalizando a atuação social e política dos pecuaristas: os debates em torno das

² Diversos criadores brasileiros atuais afirmam a história desse presente recebido por D. Pedro II, mas efetivamente não encontramos documentos que comprovassem essa versão, nem mesmo no arquivo e na biblioteca do Jardim Zoológico de Londres. No entanto, consideramos essa história muito provável já que no acervo fotográfico dessa instituição consta interessantes pinturas que retratam as jaulas dos animais e nela constam zebus e dromedários juntos (imagem de Augustus Lules Bouvier, 1835, Zoological Society of London).

³ Os termos “pastoreio” e “criação” eram os mais usados até o início do século XX. Aos poucos o epíteto indústria vai sendo agregado e passa a ser usado o termo “indústria pastoril” ou “indústria animal” para intitular, por exemplo, departamentos dentro das Secretarias de Agricultura, como em São Paulo. O uso do termo “pecuária” ainda era muito restrito e considerado “horrrível” por estudiosos respeitados na época, como Assis Brasil. Em uma interessante carta remetida e publicada no editorial da revista *Lavoura e Criação*, em 1916, Assis Brasil explica que pecuária era um adjetivo e não substantivo, de uso dispensável, posto que seu referente era englobado pelos termos “Agricultura” ou “Agronomia” (*Revista Lavoura e Criação*, São Paulo, ano I, n.1, 1916). De todo modo, acreditamos que o termo foi se popularizando e

formando a expressão que também começou a ser usada na época: “pecuária internacional” (SILVEIRA, 1919, p.103). Esses novos termos indicavam a existência de uma prática de criação distinta, realizada por fazendeiros “modernos”, “pecuaristas”, e não simples “criadores”, que estavam investindo em novas raças de gado e se adequando a lógicas e padrões internacionais de produção.

⁴ Como será explicado adiante, a “Guerra contra o zebu” foi o título de uma coluna publicada entre 1917 e 1921 no Jornal *O Estado de São Paulo*.

“melhores” raças de gado para povoar o Brasil, os subsídios do Estado para as importações dos touros e matrizes, a realização das primeiras exposições pecuárias e as primeiras associações ou órgãos governamentais voltados para os interesses dos fazendeiros e, especificamente, para o controle genealógico das raças bovinas aqui introduzidas e/ou selecionadas. Serão também enfatizados aspectos dos argumentos zootécnicos escolhidos para alimentar ou criticar a “guerra contra o zebu” protagonizada por agrônomos ligados aos setores pecuaristas interessados em valorizar uma ou outra linhagem racial ou “produto” bovino nesse mercado promissor⁴. Este artigo tem o intuito final de agregar elementos de análise e elucidar a dimensão conflitiva dos primórdios da chamada “modernização rural” brasileira.

A intensificação produtiva da pecuária no Brasil do início do século XX foi mobilizada por dois interesses principais que se complementavam mutuamente: diversificação da produção rural e inserção no mercado internacional com produtos de primeira necessidade. Mesclados a um nacionalismo peculiar às primeiras décadas republicanas, esses interesses convergiam com a vontade de superar o estigma dos “produtos coloniais”, como dizia o ministro Pandiá Calógeras (*apud* SIMONSEN, 1935), e impulsionavam mudanças na criação de gado e na comercialização da carne que só poderiam concretizar-se em uma “fazenda moderna”, para usar a expressão de um famoso zootecnista crítico ao zebu da época (COTRIM, 1913).

A seguir, tentaremos mostrar que, apesar desse tema parecer consensual, eram multifacetados, complexos e contraditórios os discursos em sua defesa. A opção por uma ou outra raça de gado bovino segmentou as elites rurais e promoveu polêmicas em torno das estratégias de realizar a propalada “modernização”, “intensificação”, “capitalização” rural ou apenas industrialização da atividade criatória.

A mais importante instituição catalisadora de um dos eixos dessa engrenagem, a diversificação da produção rural, foi, sem dúvidas, a Sociedade Nacional de Agricultura. Agregando produtores rurais não cafeicultores, mobilizando os grupos e os interesses não hegemônicos das “frações dominadas da classe dominante rural”, na definição de Sonia Mendonça, a SNA teve papel central na institucionalização dos discursos em prol do desenvolvimento da pecuária (MENDONÇA, 1998).

Não por acaso, a primeira Conferência Nacional de Pecuária datada de 1917, sobre a qual voltaremos a falar adiante, foi “promovida pela SNA, sob os auspícios do Governo Federal”. Organizou-se a partir de um esquema bastante protocolar, com inscrições de trabalhos, aceitação ou rejeição dos conferencistas e uma listagem criteriosa dos temas que seriam debatidos, o que nos informa quais eram as questões “úteis” e as concepções legitimadas por essa instituição. Com quase um ano de antecedência, a Sociedade Nacional de Agricultura publicou o programa geral da I Conferência Nacional de Pecuária e apresentou as 18 seções nas quais seriam destrinchados os temas que a SNA desejava que fossem relatados e discutidos durante o evento. Esses temas iriam lhe dotar de um caráter prático e eficiente, afinal era o intuito da conferência “estudar, no ponto de vista científico e prático, as necessidades mais urgentes da indústria e os meios mais eficientes de desenvolvê-la e aperfeiçoá-la no Brasil”. Tantos filtros e critérios para os temas e seus respectivos oradores se explicam pelo fato de que a SNA funcionava quase como um braço direito do Ministério da Agricultura, intermediando os apoios e subsídios do governo.

Foram discutidas na conferência desde questões político-econômicas até questões técnico-científicas: o estado da criação de gado na época, a capacidade produtiva do Brasil e a produção mundial, o mercado consumidor, os produtos e subprodutos da indústria bovina, operações industriais e comerciais sobre o gado, a questão dos transportes, a intervenção dos poderes públicos

na instalação de fazendas modelo e a concessão de prêmios de incentivo às fazendas modernizadas, as estratégias de defesa das propriedades contra roubos (“proteção à indústria pecuária”), o ensino zootécnico e veterinário, bovinotecnia geral, patologias, política sanitária, forragens, pastos e alimentação, zootecnia, registros genealógicos, associações, além de equinotecnia, suinotecnia, ovinotecnia, avicultura, estatísticas e créditos.

Para a SNA, a produção de carne era estratégica na diversificação da produção rural, e por isso são antigos e abundantes os escritos sobre o tema de autores vinculados a essa instituição, a exemplo dos textos de Joaquim Travassos, Eduardo Cotrim, os censos agropecuários acompanhados de análises contextuais, entre várias outras publicações, inclusive um polêmico “Inquérito sobre o gado zebu”, sobre o qual comentaremos.

Em 1917, a SNA já era explicitamente reticente às elites fluminenses e triangulinas que argumentavam em prol da introdução de zebus no melhoramento do rebanho bovino brasileiro. Anos antes, em 1905, foi essa instituição que iniciou a polêmica em torno do gado indiano, realizando o tal inquérito. O peso do nome “inquérito” denotava a desconfiança em relação ao gado indiano. Na realidade tratava-se de um parecer sobre o gado zebu realizado por uma comissão encarregada do estudo pela Sociedade Nacional de Agricultura. Para tal parecer, afinal denominado inquérito, foi enviada uma circular explicativa e um questionário para fazendeiros de diversas regiões do Brasil e do mundo, no qual constavam 13 perguntas que buscavam averiguar as vantagens e desvantagens da introdução do gado indiano no Brasil. Foram enviadas 3000 circulares no Brasil, das quais 22 retornaram com a resposta ao questionário; no exterior, foram nove países consultados, entre eles Austrália e Estados Unidos, e sete responderam. É sintomático que o inquérito fosse finalizado com um texto do professor H. Raquet, do Instituto Agrônomo de Gembloux, da Bélgica, e então diretor do Posto Zootécnico

Central do Estado de São Paulo, uma instituição que veiculou as mais fervorosas críticas ao gado zebu no Brasil, no período.

No início do inquérito consta um texto de João Batista de Castro intitulado “apuração” que explica os objetivos e a metodologia do documento, mas que fala, sobretudo, da preocupação da SNA com a introdução do gado da Índia “sem que tenhamos precedido a estudos zootécnicos que determinassem esta escolha e preferência, a pretexto de melhoramento das escassas raças indígenas”. A crítica central do autor é ao descaso científico:

somente agora em pleno século XX, é que cogitamos de abandonar essas normas retrógradas, procurando adotar os mesmos processos e métodos de outras nações mais cultas, instituindo o departamento de Agricultura, dotados de todos os serviços científicos e experimentais, exigidos, impostos pela agricultura moderna (SNA, 1907, p. III).

Das pouquíssimas respostas ao questionário recebidas, a maioria foi favorável ao zebu. Mas isso não convenceu o autor, que considerava essa opinião baseada em argumentos científicos “levianos” e “contraditórios” e na aplicação da “lei do menor esforço, em sua acepção mais retrógrada, perdendo-se de vista o aperfeiçoamento das raças indígenas, a que já aludimos, tais como a caracu, o mocho, a franqueira, etc”. Todas essas seleções já vinham sendo feitas pelos criadores de São Paulo ou pelas fazendas experimentais monitoradas pelo governo desse estado. Concernente a essa mentalidade, o Posto Zootécnico Central também não aprovou o zebu, aliás, desprezou-o totalmente (ao menos nesse primeiro momento, como veremos adiante) – um posicionamento que João Batista considerou muito sensato e prova de que São Paulo enveredou pelo caminho da “experiência aliada à ciência, único método seguro que permite fazer progredir os povos civilizados ou rotineiros”(SNA, 1907, p. IX).

Suas preocupações científicas logo se diluem no mar de interesses “patrióticos” e de preconceitos:

Cruzar-se o zebu, maior, mais corpulento, suficientemente rústico, com o nosso gado Crioulo, para obter-se, apenas nas primeiras gerações, um pequeno acréscimo de peso, sem outras preocupações mais amplas e sobretudo mais patrióticas, pois não é possível nos esquecermos do confronto econômico, que carecemos não perder de vista, quando deitarmos os olhos sobre outros países mais experimentados e cuja riqueza assenta principalmente na pecuária, sem jamais haverem cogitado do zebu para levar-lhes qualquer predicado constatado desse gado, oriundo de uma nação estacionária e retrógrada, e que jamais se ocupou desses assuntos, é o que se pode imaginar de mais originalmente curioso, pois nem sequer os ingleses, dominadores da Índia, se lembraram disso e são, entretanto, os mais abalizados criadores do mundo (SNA, 1907, p. VI e VII).

O argumento de que o zebu não era cogitado nos países mais desenvolvidos nos quais a pecuária tinha força econômica é bastante explorado pelo autor. Sua justificativa é contundente:

A Índia não é país pastoril, nem a Inglaterra tentou ainda colonizá-la, e, sim, trata de explorá-la da melhor forma, o que não acontece com a Nova Zelândia, o Cabo da Boa Esperança e o Canadá. Nem na Nova Zelândia nem no Cabo da Boa Esperança se conhece o zebu, como tipo de gado aproveitável a nenhum título! Na Argentina, Uruguai e Estados Unidos tampouco. De sorte que não podemos descobrir absolutamente o que justificou nossa preferência pelo Zebu indiano, sem um estudo profundo, científico e industrial do problema animal que, previamente, determinasse essa preferência, que nada justifica nas condições atuais da questão, antes até constitui uma leviandade prejudicialíssima (SNA, 1907, p. VIII e IX).

João Batista de Castro endossa seu argumento apresentando a opinião do Inspetor Geral do Departamento de Veterinária Civil na Índia, Sr. J. V. A. Morgan que respondeu ao inquérito falando sobre as duas raças que considera as melhores na Índia: Montgomery e Haryana, ambas desconhecidas dos criadores brasileiros, e afirmando que uma raça não podia ser levada de um lugar para outro da Índia, pois corria o risco de degenerar. Sobre o gado indígena, João Batista disse ainda que ele é “composto de uma mescla impossível de raças diversas e que ninguém é capaz de discriminar, tal a confusão e falta absoluta de orientação dos criadores brasileiros em geral” (SNA, 1907, p. V e VI).

A SNA e as propostas de diversificação da produção rural, dentre elas uma pecuária moderna, porém não “azebuada”, como se dizia, terão respaldo político-institucional especialmente a partir de 1913, quando os membros dessa sociedade passam a aparelhar o Ministério da Agricultura – MAIC. Aprovada em 1906, mas instituída apenas em 1909, por Nilo Peçanha, a pasta da agricultura representou desde o início a possibilidade de ampliar a participação política dos segmentos não hegemônicos da classe proprietária rural. O hiato de três anos entre a aprovação e a criação do Ministério reflete a oposição dos cafeicultores paulistas e as disputas intraoligárquicas que tiveram essa pasta como palco, na interpretação de Sonia Mendonça (1998). Nesse sentido, não foi casual a escolha do seu primeiro diretor, Antônio Cândido Rodrigues, cafeicultor e então secretário de agricultura de São Paulo; foi, certamente, uma forma de apaziguar os ânimos e instaurar o MAIC.

Entre 1909 e 1913, nesse “interlúdio paulista”, foram feitas as principais mudanças no organograma do MAIC. O que inicialmente denotava apenas racionalidade administrativa passa a ser também estratégia de controle. Exemplo disso é o antigo Serviço de Agricultura Prática que passou a se chamar Serviço de Inspeção e Defesa e a agregar as funções de tutelar as estações agronômicas e as estações experimentais e gerir a seção

de “Ensino Teórico e Prático”. De acordo com Mendonça, com a reforma de 1910, a área de Indústria Animal também “introduziu novidades coerentes à intenção até certo ponto centralista e controladora que as teria inspirado” (MENDONÇA, 1998, p. 128). Ela cita o Serviço de Veterinária que passa a subordinar as instituições do gênero como a Escola Superior de Agricultura e Medicina Veterinária do Rio de Janeiro, os postos zootécnicos e as fazendas modelo, além de realizar um registro geral de lavradores e criadores.

A instituição do MAIC em 1909, apesar do monopólio paulista nos anos iniciais, é, na essência, uma afronta ao domínio das elites cafeicultoras de São Paulo. Entre 1913 e 1930, a pasta da agricultura seria predominantemente composta por membros do Rio de Janeiro, do Sul e do Nordeste do país, e haveria maior ingerência institucional da SNA, que mobilizava os interesses agrícolas não hegemônicos, nos quais se incluíam os pecuaristas. O ministério se tornou *locus* privilegiado de emissão dos discursos de vocação agrícola associados ao discurso de diversificação da produção rural e de financiamento a projetos nessa direção.

No entanto, os interesses não hegemônicos também não eram homogêneos, nem entre produtores em geral, nem, especificamente, entre os pecuaristas, que desde esse período já explicitavam suas disputas a respeito das raças de gado a serem importadas e criadas no Brasil. Na I Conferência Nacional de Pecuária, promovida em 1917, pela SNA, estava claro que suas “pautas nacionais” alijavam os defensores do gado zebu, como apontamos acima.

Em resposta a isso, os fazendeiros do Triângulo Mineiro decidiram organizar seus próprios encontros, para promover a necessária sociabilidade entre os criadores e divulgar os preceitos da zebuicultura. Assim realizaram uma exposição de animais ainda em 1906, em Uberaba, na Fazenda Cassu, de propriedade de José Caetano Borges, que anos depois se tornava sócio de João Martins Borges nas importações de zebu feitas em suas viagens

à Índia. O fato de essa exposição ter ocorrido em uma fazenda particular denota o caráter endógeno desse grupo e o restrito acolhimento nos eventos oficiais.

Dois anos depois, em 1908, acontece a grande Exposição Nacional no Rio de Janeiro, em comemoração ao centenário de abertura dos portos. Tal acontecimento ensejou diversas outras exposições sobre os potenciais agropecuários brasileiros, incluindo-se a Exposição Estadual de Pecuária em Belo Horizonte, onde havia 92 expositores provenientes dos 27 municípios mineiros que se fizeram representar. De Uberaba, foram 12 expositores entusiastas do gado zebu, um número significativo no cômputo geral. Entretanto não havia pavilhões para o gado zebu nessa exposição, nem ele constava no catálogo e no regimento; nenhum fazendeiro do Triângulo compunha a Comissão Julgadora, e, como se vê na imagem do touro impressa na medalha reproduzida, a raça digna de prêmio se assemelhava à raça inglesa hereford ou à brasileira caracu, mas certamente não era nenhuma das variações das raças zebuínas, criadas e divulgadas pelos fazendeiros triangulinos.⁵

A luta pela inclusão de fazendeiros uberabenses na exposição de Belo Horizonte é um capítulo de uma história muito mais longa de inclusão e acolhimento político do Triângulo Mineiro no corpo mesmo do Estado de Minas Gerais. Nesse processo teve papel relevante o governador João Pinheiro, que muito se solidarizou com os criadores uberabenses em sua causa pró-zebu e defendeu seus interesses durante a Exposição. É a voz de um exímio informante da época, Álvaro da Silveira, que deixaremos soar a respeito do papel de João Pinheiro na ocasião:

Queriam esses zebuófobos que o gado zebu não fosse admitido na Exposição. Ao então presidente do estado trazia o bacharelismo mil informações terminantemente condenatórias da amaldiçoada raça – era um gado feroz, ossudo, degenerava facilmente, a carne era carniça, como

⁵ Conforme Ata da Exposição Estadual de Pecuária em Belo Horizonte, 1908, da Secretaria de Agricultura do Estado de Minas, que se encontra no Acervo da Biblioteca Municipal de Belo Horizonte.

bem o dizia o sábio zootecnista dr. Luiz Barreto, e uma recua de cousas deste jaez. Certo dia o dr. João Pinheiro disse-me: ‘pode estabelecer uma classe de prêmios para o zebu nas mesmas condições de qualquer outra. Eu não quero saber se a ciência dos zootecnistas recomenda ou não o zebu; o que eu sei é que os criadores de Uberaba estão se enriquecendo com o Zebu e para mim é o bastante (SILVEIRA, 1917, p. 23).

As exposições de animais eram lugares privilegiados na produção e na legitimação de discursos que iam paulatinamente abrindo espaço de negociação entre os fazendeiros de gado e os governos, estadual ou federal. Eram também ocasiões de compra e venda de animais, afirmação das características técnicas e estéticas de cada raça, ou seja, ocasiões de enriquecimento e fortalecimento político e social da elite ruralista. Em uma memória apresentada em 1912 ao dr. Pedro de Toledo, ministro da agricultura, indústria e comércio da época, Eduardo Cotrim explica no que consistiam esse eventos:

Essas exposições regulares e antecipadamente anunciadas, com instruções para cada espécie animal, trazem a grande vantagem de preparar o criador para o concurso (...), mas sobretudo preparar os espécimes à expor, de modo que as qualidades inerentes às raças exibidas se possam apreciar francamente. (COTRIM, 1912)

No caso dessa primeira exposição realizada em Uberaba, nota-se sobretudo sua importância em termos da construção de um espaço de sociabilização dos fazendeiros em prol de uma “nova pecuária”. Consta nos relatos que a exposição foi inaugurada com discurso do seu anfitrião, evidentemente, e com representantes da Câmara Municipal e dos jornais. Após os

discursos, foi servido almoço aos convidados, “uma farta mesa de doces regada a vinhos”, seguido de baile e banda à noite (LOPES e REZENDE, 2001, p. 45).

Em 1911, houve outra exposição agropecuária, dessa vez em Uberaba, coincidindo com o ano de centenário da fundação da cidade. Diferente da anterior, essa exposição foi promovida pelos poderes públicos em aliança com as lideranças econômicas regionais. Os pavilhões da pecuária foram construídos às expensas dos próprios expositores-criadores, “coincidentemente” todos do mesmo tronco familiar – Borges –, que já assumiam seu lugar de potentado regional: Cel. Manoel Borges de Araújo, Cel. José Caetano Borges, Cel. Joaquim Machado Borges, Cel. José Machado Borges. Nessa ocasião, tendo a presença distinta do chefe do Executivo local, foi por ele reivindicada a construção de melhores estradas e a implantação de uma fazenda modelo, pública, que impulsionasse o trabalho de seleção de raças que já vinha sendo realizado por particulares (LOPES e REZENDE, 2001, p. 48). Esse pedido foi atendido e, um ano depois, foi criada por João Pinheiro a Fazenda Modelo de Uberaba. Cinco anos depois, quando se tornou mais aguda a polêmica sobre o gado zebu e a disputa pelos incentivos governamentais para tal ou qual raça, a fazenda foi extinta.

Apesar dos esforços, o gado zebu não fora o vencedor na categoria “peso” na exposição em Uberaba. Ganhou um animal da raça caracu, porque foi utilizado o critério de peso registrado na balança, o que, segundo os criadores de zebu, era inapropriado para essa raça que tinha uma outra “dinâmica” de ganho de peso. Opiniões à parte, a exposição de 1911 teve a vantagem de inserir, “oficialmente”, o zebu no circuito dos “espetáculos” das raças, ou seja, de promoção “oficial” desse novo produto da tecnologia bovina, além de ter sido garantida a atenção do poder público às demandas de seus criadores.

A próxima exposição pecuária de que se tem registro foi a Exposição Nacional de Gado e Indústrias Anexas, em 1917 – mesmo ano da I Conferência Nacional de Pecuária, promovida pela SNA. Realizada pelo governo federal, contou com várias exposições regionais preparatórias. Uma delas aconteceu em Uberaba, na qual se preparava o zebu, e a outra em Prado da Mooca, onde se preparava o caracu. Tendo sido vencedor o gado zebu, naturalmente mais destaque foi dado aos pecuaristas do Triângulo (LOPES e REZENDE, 2001, p. 49).

Importante salientar que o ano de 1917 foi de grave carestia alimentar no Brasil, a ponto de demandar a intervenção do Estado no tabelamento de preços e na resolução dos problemas de abastecimento. O monopólio dos matadouros era um dos maiores entraves, já que eram eles que levavam a produção de carne dos principais centros produtores – Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso – ao maior centro consumidor, a praça do Rio de Janeiro (LINHARES e SILVA, 1979). Foi um ano também de ampliação da demanda internacional pela carne brasileira, dado o prolongamento da I Grande Guerra, entre outros fatores. Essa situação de dupla escassez mobilizava fortemente os interesses dos pecuaristas e acentuava suas disputas pelo monopólio do mercado e pela patente do melhor produto, ou seja, em torno das raças bovinas.

Sobre o incremento da demanda internacional por carne, Fernand Ruffier explica, na I Conferência Nacional de Pecuária, que o mercado externo foi impactado pela queda da oferta de carne pelos tradicionais fornecedores. Outrora o grande provedor de carne para o consumo europeu, os Estados Unidos, via seu rebanho bovino diminuir de 72 para 61 milhões, sendo que o número de vacas puramente leiteiras crescia a cada ano, o que significava um desfalque exatamente na produção de carne. Em contrapartida, a população humana daquele país aumentou, entre os anos de 1907 e 1915, de 90 para 100 milhões. Na Argentina, os terrenos atingiam “preços fabulosos”, porque suas áreas de

criação já estavam povoadas ao limite; no Uruguai era o carneiro que estava “paulatinamente, mas seguramente, invadindo os domínios do boi”; e Austrália e África do Sul sofriam com epizootias e secas terríveis que inviabilizavam o fornecimento constante de carne. Associadas a todos esses fatores, a “guerra europeia, e a procura febril, enorme, de carne, pelas nações beligerantes vem dar a nossa pecuária uma aguilhoada que a despertou um pouco de sua letargia” (RUFFIER, 1917, p. 61). Esse quadro justificava o entendimento de que a pecuária salvaria o Brasil que, por sua vez, salvaria o mercado de carne mundial de uma grave crise.

Avaliando os dados da movimentação do Porto de Santos, o principal escoadouro internacional de carne, entre os anos de 1910 e 1919, é possível ter a dimensão concreta desse mercado:

Tabela 1. Exportação de carne congelada no Porto de Santos (valor em mil réis)⁶

Ano	Valor exportado em animais e seus produtos	Valor total exportado
1910	88:898	282.142:602
1911	67:026	480.900:286
1912	170:194	530.135:051
1913	118:839	490.281:355
1914	525:372	352.949:348
1915	8.830:726	465.212:904
1916	20.294:720	489.632:405
1917	42.779:302	422.334:512
1918	48.923:230	371.446:402
1919	35.606:480	1.087.487:101

⁶ Dados extraídos dos relatórios da Secretaria de Agricultura de São Paulo disponíveis no Arquivo Público de São Paulo.

Como aparece na tabela 1 acima, de valor exportado em animais e seus produtos, o valor total das exportações brasileiras, entre 1910 e 1919, não oscila tanto quanto o valor exportado

em animais e seus produtos, o que apesar de provar realmente um crescimento desse setor, mostra que ele não impactou tanto no quadro econômico geral, ao contrário: o aumento das exportações de carne correspondia até a uma diminuição no valor total exportado. De todo modo, esse era um contexto promissor para os negócios da carne.

Outro argumento usado por Ruffier (1917) em defesa do investimento no mercado internacional era relativo aos hábitos de consumo de carne brasileiro que seria,

pouco exigente quanto à qualidade: qualquer carne lhe serve. Pouco preocupado com as complicadas e saborosas receitas da cozinha Francesa, ou com os enormes e apetitosos assados Anglo-Saxões, satisfaz-se com qualquer corte, com qualquer carne velha, dura, preta ou por acaso macia e gorda, “fillet”, lombo, chã mole, alcatre, tudo vai num preço só... E depois de cortar essa carne em fatias da grossura de uma folha de papel, de malha-la, pica-la com a faca, pô-la de molho no vinagre para torna-la comestível, a cozinheira rejubila-se do triunfo da sua inteligência sobre a matéria bruta, e o “patrão” pensa que não há outro “bife” neste mundo (RUFFIER, 1917).

Enquanto isso,

O inglês, o francês, mesmo nas trincheiras, são mais exigentes que nossos patrícios. (...) Aí já temos o elemento primordial do progresso: um freguês exigente, exigente em qualidade e em quantidade, e, o que é ainda mais importante, um freguês seguro por muitos anos (RUFFIER, 1917).

Difícil imaginar tamanha sofisticação de paladar em meio as trincheiras da guerra... Os pecuaristas e publicistas tiveram que esforçar-se na construção do discurso de que a carne era produto de primeira necessidade e que haveria fidelidade na freguesia

internacional, livrando o Brasil do estigma de produtor de itens “coloniais”, marcados pela suscetibilidade da demanda. Embora hoje pareça óbvio e, espantosamente, difundido o consumo desse alimento, não era essa a realidade na época. Ruffier esclarece:

O consumo de carne no Brasil é muito reduzido. É sabido que as populações urbanas são as que mais consomem carne. Ora, o Brasil tem, relativamente poucas cidades grandes, e mesmo nas maiores, como Rio de Janeiro, São Paulo, Bahia, há muita gente de classes inferiores para quem o arroz e o feijão constituem o prato cotidiano, que aliás sempre figuraram em toda a mesa verdadeiramente Brasileira, independente da posição social. Na raça branca imigrada, a classe inferior, se não é tão dedicada ao feijão, tem outras preferências (polenta, macarrão, etc.) Fora das cidades, o caboclo, o trabalhador, o roceiro (que constituem a maior parte da população) vivem dos produtos da terra, da caça e do peixe, raras vezes comendo carne de gado. O consumo é portanto em grande parte limitado à classe superior, rica ou arranjada – e esta classe não é muito numerosa” (RUFFIER, 1917).

Era a percepção de um contemporâneo altamente envolvido e interessado na indústria pastoril, opinando sobre a necessidade de mudar a cultura alimentar, inserir a carne na dieta popular e fomentar o consumo nacional. Algo que na Inglaterra já estava sendo feito, agregando-se ao “pacote de vantagens sociais” dos operários a possibilidade de consumir carne, que era mais barata na ilha do que no continente, onde permanecia como artigo de luxo, assim como era no Brasil.

Ruffier conclui sua fala na Conferência de 1917 dizendo que “havendo pouco consumo, pouca procura, o criador não toma muito interesse na sua indústria, não se empenha em produzir mais ou melhor” (RUFFIER, 1917). Popularizar o consumo internamente seria uma importante alavanca para

a industrialização da pecuária nacional. Mas o segredo não estava apenas na ampliação da demanda, que já se mostrava crescente. No seu raciocínio, o criador não era o culpado. Afinal “é fácil taxá-lo de relaxado e rotineiro, mas quem é que, sendo industrioso e competente, irá meter-se no sertão com boa porção de contos de réis para ganhar 5% do seu capital?”. Era preciso elevar qualitativamente e exponencialmente os lucros desses fazendeiros que modernizavam suas fazendas em meio a tantas adversidades. Era preciso mexer na capacidade produtiva que elevasse a oferta de carne de forma perene. E a receita para isso já tinha nome na época: raceamento do rebanho.

NA FAZENDA MODERNA. “QUEM PUXA AOS SEUS NÃO DEGENERA”

O procedimento de seleção do gado consistia basicamente em garantir os fenótipos desejáveis nos animais através de pressão de seleção, ou seja, a partir de acasalamentos controlados, endogâmicos ou não, mas que garantissem a reprodutibilidade das características consideradas positivas nos animais através das gerações – pelagem, chifres, peso, fertilidade, proporções físicas, produção de leite etc. Levava certo tempo para garantir algo fundamental na seleção genética: o controle sobre a hereditariedade. Importava garantir não apenas o controle sobre a herança individual, mas também sobre a atávica, ou seja, aquelas características remotas da raça, que poderiam reaparecer depois de algumas gerações (RUFFIER, 1917).

Para Ruffier, o ideal seria superpor características convergentes que iriam gerar indivíduos com capacidade de transmissão mais reforçada – o que ele chama de superposição. O problema que acometia o rebanho brasileiro era haver uma diversidade de raças e características “disparatadas” e “sem afinidade” que fazia com que os cruzamentos perdessem a vitalidade das características – ao que se chamava justaposição.

Sobre os processos de reprodução, ele fala sobre a segregação, a consanguinidade, o cruzamento simples de raças, o cruzamento industrial, o cruzamento contínuo, a mestiçagem e a hibridação. Era na definição e na qualificação de cada um desses processos que repousava a polêmica.

Esses novos saberes zootécnicos, particularmente aqueles referentes à reprodução e à hereditariedade, tornavam prioritário o registro genealógico dos animais reprodutores em livros, o que significava acompanhamento e controle das características de toda a ascendência dos animais, por meio do chamado *Herd Book*. Foi em torno dessa atividade de registro que se criaram as principais associações de fazendeiros identificadas com uma ou outra raça bovina.⁷

Em São Paulo, os caminhos abertos pela moderna zootecnia e pela agronomia investiam na seleção do gado “nacional” como forma de controle reprodutivo e melhoramento do rebanho. A essa técnica, Ruffier denominava consanguinidade – processo considerado ideal para a formação de uma nova raça, quando são poucos os animais que nascem com as características desejáveis e é necessário adotar um processo contínuo de reprodução consanguínea, endogamia. Esse foi o tipo de técnica usada na formação dos caracus, por exemplo. Em um estudo sobre o sistema de criação e o estado das pastagens nas zonas de criação de São Paulo, Nicolau Athanassouf (1910) descreve a origem do gado caracu, num percurso de análise que remonta a própria história colonial brasileira. Mas não podendo igualar o gado caracu “modernamente” selecionado com os primeiros bovinos introduzidos no Brasil, o autor resolve estabelecer uma distinção do caracu em duas variedades:

- a) caracu (velho estilo) e Caracu (novo estilo), considerando este último como sendo mais aperfeiçoado do que o primeiro, caracterizando-se o primeiro pelo maior desenvolvimento dos chifres, e sendo estes últimos acabados, dirigidos quase

⁷ O documento de registro genealógico servia como uma garantia de origem dos animais e era expedido por grupos que se autointitulavam autoridades competentes nas raças. Essa estratégia de controle genealógico podia ter intenções mais gerais, como no caso do Herd Book Collares, criado em 1904 pelo agrônomo Leonardo Brasil Collares, de Bagé, que abrangia qualquer espécie de animais “úteis ao homem”; ou intenções bem específicas como nos casos do registro da raça Guzerat pela família de João de Abreu em 1895, ou da raça Nelore pela família Lemgruber, de 1876, que são até hoje considerados os registros mais fidedignos dessas sub-raças zebuínas e reconhecidos pela Associação Brasileira de Criadores de Zebu. De uma forma ou de outra, tratava-se de uma proteção, um controle, uma patente sobre uma invenção que não obstante as arbitrariedades técnicas e científicas, já começava a valer muito caro. Note-se que, apenas em 1938, haverá regulamentação pelo governo federal do Serviço de Registro Genealógico, conferindo caráter nacional e oficial aos registros. Até então os animais eram registrados no Herd Book Caracu, instituído por decreto do Estado de São Paulo, em 1916, e no Herd Book Zebu, criado pelos fazendeiros do Triângulo Mineiro em 1919.

horizontalmente para a frente. Uma tal distinção poderá estabelecer-se e terá a sua razão na origem e na pureza da raça. O primeiro tipo nos parece mais puro e mais fixo, enquanto o segundo deriva do primeiro com alguma mistura de sangue estranho (ATHANASSOF, 1910, p. 7).

Ele segue descrevendo a semelhança desse gado caracu com as duas raças bovinas portuguesas originais – no tronco aquitânico haveria as raças minhota, arouquesa e alentejana, e no tronco ibérico as raças mirandesa e brava. Esse era um percurso de análise bastante comum na época, já que o processo de seleção de raça pressupunha o conhecimento das características originais e das matrizes genéticas, ou seja, quanto mais se pudesse agregar de informação sobre a aparência inicial dos exemplares bovinos que chegaram ao Brasil mais refinada seria a seleção.

O controle sobre a seleção do gado caracu e a definição de seu fenótipo característico, em São Paulo, era feito pela Secretaria de Agricultura, mais precisamente pela Diretoria de Indústria Animal e pelos fazendeiros que orbitavam em torno desse órgão. Portanto, a criação de reprodutores (tousos e matrizes) para revenda a particulares era feita inicialmente na Fazenda Modelo de Nova Odessa que se tornou, em 1912, especificamente “Posto de Seleção do gado Nacional – caracu e mocho”, embora até o momento servisse de posto de aclimatação de qualquer animal estrangeiro. O registro de animais de puro sangue nascidos no estado se deu a partir de um decreto estadual em 1916, o que significa que o patrono do *Herd Book* da raça caracu foi o Estado de São Paulo; era ele que conferia legitimidade aos exemplares de caracu, e a ele deveria recorrer qualquer fazendeiro que quisesse criar essa raça. Outrossim, era o estado o patrocinador das exposições agro-pecuárias tão significativas para a promoção e o prestígio dos fazendeiros de gado.

Afora a seleção por consaguinidade, a alternativa para incrementar a raça dos animais de uma fazenda do começo do

século XX seria o cruzamento. Nesse caso, o criador poderia optar pelo gado europeu para cruzamento em sua fazenda, o que supunha solicitar subsídio do governo ou pagar os custos da importação, que era feita por firmas importadoras, a exemplo das Hopkins, Causer & Hopkins e Herm. Stotz & Cia. Tinha, ainda, que conseguir apoio para o transporte do gado no país e dependia dos postos zootécnicos para aclimatação, cura de doenças, e eventuais testes de reprodução.

Já o cruzamento com touros e matrizes indianas dependia da importação do gado da Índia, o que, a princípio, passava pelo mesmo procedimento burocrático daquele descrito em relação ao gado europeu. Entretanto, em vista da inexpressiva atuação do governo no ramo zebuínio, ou zebuincultor, destacou-se a iniciativa particular que agenciava fazendeiros-comerciantes em epopeicas viagens à Índia. O interesse no gado zebu foi se intensificando gradativamente e os criadores do Triângulo Mineiro, que inicialmente compravam reprodutores na mão dos criadores fluminenses – que ainda tinham descendentes dos zebus criados pela família real, ou que os haviam adquirido de jardins zoológicos europeus no século XIX –, logo organizaram firmas próprias, se capitalizaram e foram diretamente à Índia comprar touros e matrizes para revender aqui no Brasil. Em vista desse processo, tornaram-se os próprios fazendeiros detentores do registro genealógico da raça, e criaram em 1918 a Associação *Herd Book Zebu*. O primeiro grande ciclo de importações pode ser datado de 1898 a 1921, quando foram importados cerca de 5.500 animais em 45 levas (LOPES E REZENDE, 2001, p. 31).

As viagens ocorridas antes de 1913 foram incipientes. A partir dessa data, ocorreu o maior número de entrada de reprodutores zebus no Brasil, coincidindo praticamente com a reestruturação do Ministério de Agricultura e a absorção das “frações não hegemônicas”, sobre a qual falamos acima. Não obstante o MAIC tivesse sido aparelhado pelo segmento mais zebuófobo da SNA desde 1913, houve pressão suficiente para o

⁸ Na época, se usava os esquisitos termos “zebuófobo” para designar os críticos das raças indianas no Brasil e “zebuófilo” para seus defensores. Em conformidade com os contemporâneos, usaremos esses termos aqui.

subsídio de muitos reprodutores.⁸ Enquanto instância “receptora e articuladora dos interesses de frações dominadas da classe dominante rural brasileira”, na definição de Mendonça (1998, p. 55), relembramos que o MAIC foi também palco de disputas entre os pecuaristas que buscavam subsídio para importação de diferentes raças de gado.

É nesse contexto que se acirra e se explicita na imprensa o debate em torno da raça bovina que devia prevalecer no Brasil, se o melhor seria a europeia pura ou cruzada com o gado nacional, ou a zebuína também pura ou cruzada com o gado nacional, ou o contraponto da ideia de cruzamento que era da seleção genética (ou reprodução consanguínea) do gado existente no Brasil que formaria uma raça nacional, batizada pelos paulistas de caracu. Essa querela zootécnica reverberava politicamente porque, com efeito eram fatias de financiamento do Estado republicano que estavam sendo disputadas entre os pecuaristas.

A rixa entre os criadores triangulinos e os criadores paulistas teve seu auge na imprensa entre 1917 e 1921, quando *O Estado de São Paulo* fixou uma coluna intitulada “Guerra contra o zebu”, na qual foram publicados artigos escritos durante esses quatro anos. Houve também publicações de crítica ao zebu na revista da Sociedade Rural Brasileira, nos boletins de divulgação da Secretaria de Agricultura de São Paulo – que mantinha um serviço de publicações dedicado à indústria pastoril –, e em algumas monografias que circulavam não apenas nos cursos de zootecnia e agronomia, mas também entre os criadores através das muitas associações criadas no período. Olhemos mais de perto essa polêmica.

MENTIRAS E VERDADES DA “GUERRA CONTRA O ZEBU”

Na imprensa, a campanha instalada contra o sangue zebu no rebanho nacional foi liderada por dois eminentes cientistas

paulistas, Dr. Luis Pereira Barreto e Dr. Arnaldo Vieira, que usava o pseudônimo Epicarnus, e pelos também cientistas fluminenses Eduardo Cotrim, Charles Vicent e Nicolas Athanassof. Sobre a origem de dois desses ilustres críticos do gado zebu, é Álvaro da Silveira, zootecnista mineiro e atento contemporâneo dos debates, que nos esclarece: “Em São Paulo, o Dr. Luiz Barreto, que nunca criou gado de espécie alguma, e no Estado do Rio, o Dr. Cotrim, que como criador de gado parece que só teve insucessos, constituíram-se chefes do exército zebuófobo” (SILVEIRA, 1917, p. 23). Desqualifica, portanto, os dois principais críticos do gado zebu pela falta de experiência prática e excesso de “bacharelismo”, como se costumava designar na época, de ambos.

Em 1917, Álvaro da Silveira publica alguns textos importantes, nos quais reproduz e discute algumas das afirmações do Dr. Luiz Pereira Barreto – certamente um dos mais veementes contestadores das raças zebuínas no Brasil, e que mais publicou na coluna “Guerra contra o Zebu” no jornal *O Estado de São Paulo* entre 1917 e 1921.

São Paulo é por enquanto, o único Estado brasileiro que não admite em suas exposições de gado a presença do boi indiano. Este só fato, sob o ponto de vista moral, é o quanto basta para destacar nitidamente a civilização paulista da de todo o resto da federação (SILVEIRA, 1919, p. 113).

Álvaro da Silveira contesta essa afirmação desse implacável inimigo das raças indianas, afirmando que o erro do Dr. Pereira Barreto é que ele “confunde governo de São Paulo com o Estado de São Paulo. Aquele, de fato, não cria zebus em seus postos, onde mantém a enorme cifra de 281 cabeças; mas o povo do Estado de São Paulo – esse cria muito zebu” (SILVEIRA, 1919, p.115). Argumenta ainda que a decisão de não entrar gado indiano nas exposições não representava a vontade dos criadores, tanto sim que,

em uma viagem recente que fiz a Uberaba, o melhor gado zebu que do trem da Mogyana pude apreciar, foi justamente nas imediações da estação de Alpha, a 59 quilômetros de Campinas, no coração de São Paulo, na zona mais adiantada do Estado (SILVEIRA, 1919, p. 114).

Portanto deve-se cuidar para não cair nas armadilhas retóricas do discurso do passado operando artificialmente com dois grupos opostos: os paulistas com o gado caracu ou o gado importado da Europa, e os triangulinos com o gado indiano. Na prática, já havia pontos de intersecção que possibilitariam a progressiva diluição dessa polêmica entre Triângulo Mineiro e São Paulo. Dotada de aparente neutralidade técnica, essa polêmica durou apenas o tempo suficiente para que outros interesses econômicos e políticos entrassem no jogo, solidarizando esses dois grupos e costurando uma bem tramada colcha de interesses ruralistas.

Também não se pode afirmar, a reboque dos debates dessa época, que o governo financiava apenas o gado europeu e escanteava a alternativa de modernização a partir das raças zebuínas. Alguns importadores conseguiram facilidades para os seus negócios na Índia, conforme pudemos comprovar em trabalhos anteriores (MEDRADO, 2013). Entretanto, os publicistas do governo eram majoritariamente contra o cruzamento com touros e matrizes indianas, como ainda nos informa Silveira:

O governo federal, por exemplo, auxilia a importação de reprodutores de qualquer raça bovina, boa ou má, contanto que não seja zebu. Ainda não vi até agora um escrito oficial recomendando o zebu, ao passo que são comuns os que mandam que os nossos fazendeiros criem devon, durham e outras raças que até hoje em nosso país nunca constituíram fonte de lucros para o criador, e só tem servido de motivo

para as costumadas verborragias dos nossos eméritos criadores de salão. Apesar dessa odiosidade dos governos, o zebu vai estendendo a sua área de ação (SILVEIRA, 1919, p. 22).

A análise histórica mostra que havia mais semelhanças do que diferenças nas concepções zootécnicas dos defensores do gado indiano, dos defensores do gado europeu, e dos selecionadores de raças nacionais. Todos operavam na lógica de realizar controle genético com vistas a homogeneizar o rebanho, racionalizar a alimentação e o manejo de pastagens.

Entretanto, é importante frisar duas diferenças correlatas. Primeira, a opção pela matriz bovina indiana como base do rebanho brasileiro significava ir contra interesses ingleses, que representavam não apenas a grande potência econômica do período e justamente os que detinham o poder político na Índia, mas também os maiores investidores no mercado de carnes brasileiras (capital em frigoríficos) e principais fornecedores de reprodutores, já que eram, sobretudo, inglesas as raças importadas para o Brasil, a exemplo de hereford, durhan, devon, red e polled angus etc. Era significativo, do ponto de vista do imaginário sobre progresso, trocar os animais “finos” e “civilizados” da Inglaterra (termo que se usava na época) por “feras selvagens” da Índia, sua principal colônia.

A segunda diferença é que, nessa fase das importações, o discurso veiculado favorável ao gado indiano era o da rusticidade e da adaptabilidade, em razão de ser originário também de uma região tropical e por isso mais assimilável ao ecotipo nacional, ao clima e às epizootias. Por um lado, essa lógica relativizava a concepção hegemônica na época de modernização enquanto sinônimo de ocidentalização e abria espaço para um campo de pesquisas que conformour nos anos 1940 como agropecuária tropical ou zootecnia tropical – a versão veterinária da medicina tropical – com forte desenvolvimento nos Estados

Unidos (DOMINGUES, 1961). Um outro lado, menos positivo, dessas “qualidades” associados ao zebu era que a “rusticidade” e a alta produtividade “a pasto” que o zebu proporcionava acomodava-se confortavelmente na lógica de manutenção da grande propriedade agrária e da lei do menor esforço e dos menores custos. Essas características mais ressaltadas do zebu eram argumentos seguros para o investimento na criação extensiva, embora agregada de conhecimento científico, que iria se expandir de Minas para o Centro-Oeste. Isso significava a intocabilidade do latifúndio e a construção de um caminho de “modernização conservadora” (MOORE JUNIOR, 1975), ou “modernização sem modernidade” (LOURENÇO, 2001), que aliava o espírito modernizador a um forte conservadorismo político.

Do lado paulista, os argumentos contrários ao zebu tocavam também nessas qualidades que tinham tudo para ser uma unanimidade. Eduardo Cotrim escreve um texto, ainda em 1907, para compor o “Inquérito sobre o zebu” publicado pela SNA comentado acima, em que analisa as “vantagens ou desvantagens da introdução do sangue zebu” e contesta o argumento da rusticidade, ou “sobriedade” dessa raça:

Ora, é princípio corrente em zootecnia que as aptidões e a conformação do gado são a consequência necessária das condições culturais em que ele se desenvolve e, por conseguinte, das pastagens e forragens que consome e esse modo de ver, único que se coaduna com a razão mesma do fenômeno fisiológico, deve nos ensinar que o rendimento útil de qualquer maquinismo, estando em razão direta com o consumo de matéria prima, tanto maior produtor de trabalho, de carne ou de leite deve ser o boi ou a vaca, quanto maior for a sua exigência no consumo da forragem, dada uma certa unidade de tempo e mantida uma equivalência razoável na quantidade dos resíduos fisiológicos. A vista disso a sobriedade não pode ser considerada como qualidade

vantajosa no gado, senão em determinadas condições, quais de pobreza do solo e deficiência de forragem, condições estas que, muitas vezes, são corrigidas pela inteligência do agricultor ou criador (COTRIM, 1906, p. 73).

No ponto de vista desse autor, sendo o Brasil reconhecido pela fertilidade e pela abundância de pastagem não deveria ocupar-se em arranjar um gado que fosse resistente, e sim concentrar-se em obter maiores ganhos econômicos “pela inteligência do criador”. A alternativa de modernização a partir da importação de gado europeu aparece bem fundamentada no discurso de Eduardo Cotrim, autor do manual *A Fazenda Moderna*. O pensamento de Cotrim, como o de muitos agrônomos na época, era de que o grande salto da industrialização era controlar a natureza, o que o tornava, novamente como outros muitos agrônomos, adepto, em primeiro lugar, da introdução de uma raça europeia cuja justificativa, a princípio, era de ser a melhor, seja na produção de carne, de leite ou como força motriz. A partir daí, toda a possibilidade de existência daquela raça de animal seria viabilizada pelo controle humano – daí a necessidade de formação técnica do trabalhador, aplicação de conhecimentos da zootecnia, veterinária e agronomia, a multiplicação das cercas artificiais –, que significava controle sobre a alimentação, reprodução e tempo de vida dos animais, e a conseqüente necessidade de ingerência do Estado através das fazendas experimentais, a alimentação artificial, o controle do clima, da reprodução, do controle climático e sanitário. Dessa forma, São Paulo vai se tornando paradigma de produção intensiva, outro viés da modernização rural, amparada desde cedo por instituições como o Instituto Agrônomo de Campinas, criado em 1887, da Escola Superior Agrícola Luiz de Queiroz, de 1892, e pelas principais e mais atuantes “fazendas modelo” e postos experimentais do governo federal.

CONCILIAÇÃO

Alberto Alves Santiago, importante estudioso das raças zebuínas no Brasil, nos sugere um corte cronológico para essa história, baseado no término da polêmica entre os fazendeiros em torno da melhor raça para definir a genética predominante do rebanho nacional. Para ele, 1930 é um marco porque é quando o zebu começa a entrar em São Paulo, reduto das raças nacionais melhoradas, como o caracu. Como zebuófilo que era, Santiago não se furta a afirmar que o zebu acabou “impondo-se e dominando o panorama pecuário deslocando para um plano secundário as raças nacionais melhoradas e o gado europeu” (SANTIAGO, 1970, p. 37). Porém, o que definiu esse contexto de conciliação foram a afinação política, os interesses em comum e as associações que fizeram transitar os personagens e diluir a querela zootécnica.

Em 1919, a Inglaterra anuncia um desastroso decreto que proibia a importação de carne congelada brasileira com o argumento de que estava muito “azebuada” (RUFFIER, 1919). Esse decreto obviamente atingia a todos os criadores já que não era possível separar a carne por raça depois de abatido o animal. Em resposta a essas restrições internacionais, em 1921 o governo brasileiro proibiu a entrada de gado indiano no país e mudou a regulamentação de subsídios de importação, retraindo a disponibilidade geral de recursos para o setor, situação que só seria revertida no governo Vargas. Era um duro golpe na indústria pecuária brasileira que, a despeito das polêmicas, geneticamente já estava muito marcada pelo sangue zebu, o que fazia as críticas às raças indianas pouco profícuas, sendo estratégico unir-se em nome da pecuária nacional. A polêmica se tornara um tiro no pé.

Pouco depois, em 1928, a perspectiva de exportação de gado motivou a criação de uma associação que congregasse criadores e fazendeiros do zebu, que até então se reuniam respectivamente em torno da Associação *Herd Book Zebu*, criada em 1919,

e da Sociedade Pastoril do Triângulo Mineiro, de 1922. A ideia amadureceu e em 1934 foi criada a Sociedade Rural do Triângulo Mineiro (SRTM), tendo como primeiro presidente Fidelis Reis, deputado federal e grande entusiasta dos ideais de eugenia. O que chama atenção é que concorreu para sua criação desde 1928, Bento de Abreu Sampaio Vidal, que era então presidente da Sociedade Rural Brasileira, que até o início da década de 1920 era arqui-inimiga dos criadores zebu e catalisadora dos discursos mais zebuófilos. A essa altura, em 1928, Sampaio Vidal era já “ardente defensor do gado zebu” e na posição de presidente da SRB tinha especial interesse na criação de uma sociedade congênere em Uberaba “a fim de facilitar as transações de reprodutores zebu com os criadores paulistas” (LOPES E REZENDE, 2001, p. 63).

Por fim, outro personagem importante que protagonizou os esforços pela diluição da polêmica entre zebuófilos e zebuófilos foi Fernando Ruffier, citado diversas vezes ao longo deste texto. Ruffier sempre defendeu a modernização zootécnica a partir do tripé racialização, alimentação e cercamentos, ou seja, retirando o foco exclusivo da questão da raça e considerando os fatores climáticos, que, por sua vez, definiam as escolhas alimentares como as forrageiras naturais ou artificiais que cada região provia, e os fatores relacionados ao sistema de criação, extensiva ou intensiva, que deveria associar-se ao uso de cercamentos e aos níveis de confinamento experimentados. Essa linha de argumentação colocava o zebu acima das disputas por raças melhores “em si” (RUFFIER, 1917).

As polêmicas e difamações públicas que animaram as páginas do jornal *O Estado de São Paulo* entre 1917 e 1921 tinham mesmo prazo curto, porque eram políticas e circunstanciais suas motivações. Na IV Exposição Nacional de Gado, realizada no Rio de Janeiro em 1922, por ocasião da Exposição Comemorativa do Centenário da Independência, foi zebu o ganhador na categoria de melhor animal, mas dessa vez o criador era paulista, de Taubaté (LOPES E REZENDE, 2001, p. 50). Estranha ironia que simbolizava já uma maior aproximação.

Esse processo de conciliação entre criadores paulistas e triangulinos será a base para um poderoso consenso que perdura até hoje e pode ser materializado na estrada que liga Uberlândia a Ribeirão Preto, a BR 050, em particular o trecho conhecido como “Vale do Sêmen” ou “Vieira Souto da pecuária nacional”, repleto de ricas fazendas zebuincultoras, laboratórios e centrais de inseminação.

Embora todas as preferências raciais (europeia, indiana ou nacional selecionada) estivessem fundamentadas em manuais de zootecnia que contestavam os conhecimentos tradicionais e advogavam em prol de uma criação de gado mais científica e racional, refletindo discursos de modernização na pecuária, na prática havia diferenças para sua realização e diferentes consequências em termos de configuração agrária. Além disso, um desses caminhos levou às viagens à Índia, que teremos oportunidade de discutir em outro trabalho, e o outro, mais institucional, por assim dizer, foi trilhado pelos fazendeiros paulistas ligados aos órgãos governamentais de fomento à agricultura e à pecuária. Esses dois grupos explicitaram suas discordâncias zootécnicas publicamente, imbuídos de motivações políticas, em debates que figuraram nas páginas de jornais de grande circulação na época, como *Jornal do Comércio* e *O Estado de São Paulo* e reprisadas nas publicações citadas aqui.

Em nenhuma medida podem ser considerados neutros os discursos técnicos e científicos. Ao contrário, esse é um contexto em que a fé se desloca para a ciência, e são extremamente politizados os posicionamentos em prol de uma ou outra raça de gado, por exemplo. Ao conhecimento do vaqueiro/peão, tradicional, rotineiro, mágico e “tácito”, como se diria hoje, opõe-se o conhecimento do agrônomo e do veterinário, técnico, racional, científico e “explícito”, bem caracterizado por Sonia Mendonça como promotor de uma dominação rural “mais dissimulada e ‘neutra’, posto que técnica” (MENDONÇA, 1998,

p. 95). Nessa nova relação de dominação, forjada no caldo do racismo científico da época, homens despejam sobre os animais suas inabaláveis convicções eugênicas. Progressivamente e despudoradamente buscam substituir os “rebanhos caleidoscópicos, polimorfos e policromos” por “gados uniformes em cor, em tamanho, em conformação, em peso, em rendimento, em qualidades úteis” (RUFFIER, 1917), como reflexo da relação utilitária entre homens e animais inerente à pecuária industrial que então estava se desenvolvendo.

BIBLIOGRAFIA

ATHANASSOF, Nicolau. *Estudo sobre o gado caracu*. Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Antônio de Padua Sales. São Paulo: Secretaria da Agricultura, Comercio e Obras Públicas, 1910.

COTRIM, Eduardo. Contribuição para o estudo das vantagens ou desvantagens da introdução do sangue zebu nas nossas manadas. In: Sociedade Nacional de Agricultura. *Inquérito sobre o gado Zebu*. Rio de Janeiro, 1907 [Apêndice, 16 de novembro de 1906].

COTRIM, Eduardo. *Problemas da Indústria Pecuária na República Argentina e estudo comparativo com o Brasil*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1912.

COTRIM, Eduardo. *A Fazenda Moderna: guia do criador de gado bovino no Brasil*. Bruxelas: Typographa V. Verteneuil & L. Desmet, 1913.

CROSBY, Alfred. *Imperialismo Ecológico. A expansão biológica da Europa 900-1900*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

DOMINGUES, Otávio. *O Gado nos Trópicos*. Rio de Janeiro: Instituto de Zootecnia, 1961.

LINHARES Maria Yedda e SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. *História política do abastecimento. 1918-1974*, Brasília: BINAGRI, 1979.

- LOPES, Maria Antonieta Borges e REZENDE, Eliane Mendonça Marques de. *ABCZ: História e Histórias*. São Paulo: Ed. Comdesenho, 2001.
- LOURENÇO, Fernando Antônio. *Agricultura ilustrada. Liberalismo e escravidão nas origens da questão agrária brasileira*. Campinas: Editora da Unicamp, 2001.
- MEDRADO, Joana. *Do Pastoreio a Pecuária: a invenção da modernização rural nos sertões do Brasil Central*. 2013. Tese (doutorado) – Programa de Pós-Graduação em História da UFF, 2013.
- MENDONÇA, Sônia. *O Ruralismo Brasileiro. (1888-1931)*. São Paulo: Hucitec, 1998.
- MOORE JUNIOR, Barrington. *As Origens Sociais da Ditadura e da Democracia: Senhores e Camponeses na Construção do Mundo Moderno*. Lisboa: Cosmos/Martins Fontes, 1975.
- Relatórios da Secretaria de Agricultura de São Paulo - 1910-1919.
- RUFFIER, Fernand. *Dos meios de melhorar as raças nacionais*, Tese n. 12, Rio de Janeiro, Conferência Nacional de Pecuária, 1917, p. 61. IHGB-206, 7, 2, n. 40.
- RUFFIER, Fernand. *Guerra ao zebu. Um pouco de água fria*, 1919. Castro, Paraná, 12/02/1919. Biblioteca Nacional – II-419,6,24.
- SANTIAGO, Alberto Alves. *Pecuária de Corte no Brasil Central*. Água Branca-SP, Secretaria da Agricultura, Instituto de Zootecnia, 1970.
- SIMONSEN, Roberto. *Aspectos da política econômica nacional*. São Paulo: Empresa Gráfica da Revista dos Tribunais, 1935.
- SILVEIRA, Álvaro A. da. *Floresta e Pecuária*. Belo Horizonte, Imprensa oficial do Estado de Minas Gerais, 1917, p. 23.
- SILVEIRA, Álvaro A. da. *Agricultura e Pecuária*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1919.
- SOARES, Renan Monteiro. *Aspectos Sociológicos da Pecuária Nordestina*. Recife: Imprensa Universitária – UFPE, 1968.
- SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA. *Inquérito sobre o gado Zebu*. Rio de Janeiro, 1907.

SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA. “Programa Geral – Conferência Nacional de Pecuária”, 1916.

JOANA MEDRADO – Professora da Universidade Estadual do Paraná e Pesquisadora Pós-doutoranda do Departamento de Sociologia da Unicamp. Doutora em História pela Universidade Federal Fluminense. <joanamedrado@gmail.com>

